



## **ANEXO – I JUSTIFICATIVA**

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço comum a ser contratado, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Justificativas:**

#### **Da necessidade da contratação**

Por tratar-se de serviços especializado, assim definidos na forma da Lei nº 10.520/2002, também é um serviço essencial, pois são indispensáveis para a prevenção das LER – Lesões por esforço repetitivo e/ou DORT– Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho.

Considerando que se trata de serviço essencial e sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas, esta tem por objetivo: Agir no controle do estresse e no combate ao sedentarismo, contribuindo, portanto para diminuir os riscos de doenças cardiovasculares.

Visa atender ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT da empresa e o Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2022/2023, Cláusula Trigésima, Parágrafo Terceiro.

#### **Do Serviço “Comum”:**

Trata-se de serviço comum de caráter continuado com fornecimento de mão de obra especializada, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### **Modalidade Licitatória:** Pregão Eletrônico.

A modalidade de licitação definida é Pregão Eletrônico considerando que se trata de serviço comum e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela Administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme Lei Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

A técnica envolvida, na prestação do serviço objeto desta licitação, é conhecida no mercado, e, por isso, possibilita sua descrição de forma objetiva na execução, conforme consta nas especificações do item 7.1.1 do T.R.. O essencial para a eficácia da licitação, é que as especificações sejam fornecidas de forma precisa e suficiente para identificar o serviço a ser prestado.

#### **Periodicidade de Prestação do Serviço:** Continuado.

A periodicidade de prestação de serviço do futuro contrato será continuada, por se tratar de



serviço essencial.

**Regime de execução:** Empreitada por Preços Unitários.

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados nos 12 meses, conforme consta no Termo de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço.

De acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

**Qualificação Técnica:**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada o objeto especificado.

**Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, cooperativa e da não admissão de “subcontratação”:**

Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados.

**Do valor e modo de disputa “Aberto”:**

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança



ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

**Dá Não Obrigatoriedade de Visita Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia** – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou: “A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”. Diante deste fato, bem como o tipo de objeto, entendemos desnecessária a visita, nem obrigatória e nem agendada, bem como, a autodeclarada. Nessa linha, o TCU tem se manifestado no sentido de que somente pode ser exigida a visita técnica em casos excepcionais, isto é, nas situações em que a complexidade ou natureza do objeto a justifiquem.

#### **Intervalo de Lances:**

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5% (cinco décimo por cento), do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

#### **Justificativa da adoção do valor estimado público:**

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

#### **Aprovação do Termo de Referência:**

O Termo de Referências e o E.T.P. deverão ser aprovados por ato da autoridade competente.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Sem mais,

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE**

Leosmar Bispo Valido

Chefe da 6ª GRA / UGP

CODEVASF